

CAMINHOS DO REAL: Guimarães Rosa, as Minas e os Geraes

O mundo se repete mal é por que há
um imperceptível avanço.
Tutaméia

Sertão: estes seus vazios.
O senhor vá.
Alguma coisa, ainda encontra.
Grande Sertão : Veredas

O que está acontecendo?
O mundo está ao contrário,
E ninguém reparou!
Nando Reis

Vinham mestiços, índios chegavam do eito,
Todos lá tinham direito, preto, branco sarará.
Uma nação de iguais sem oprimidos,
De homens livres nascidos, crescidos sem apanhar.
Antônio Nóbrega / Wilson Freire

Passados cinquenta anos da publicação de *Corpo de Baile e Grande Sertão : Veredas*, em viagens à região da bacia hidrográfica do velho Chico, há, pelos menos, duas questões que nos chamam a atenção, acerca da realidade da natureza do sertão em Minas Gerais. Toda a vegetação típica de cerrado, cujo processo de colonização mais intenso se deu a partir de 1950, com a expansão da fronteira agrícola brasileira em direção ao centro-norte do país – momento da construção da capital federal e da implementação do Plano de Metas do governo JK – está hoje praticamente alterada; fora substituída pelo eucalipto para a produção de celulose e carvão para a siderurgia, ou mesmo destruída para a abertura de pastagens e desenvolvimento da agricultura de exportação. Também como resultado dessa modernização do campo, alterou-se profundamente a cultura das comunidades e habitantes do lugar. O fenômeno da urbanização foi um de seus reflexos, associada à favelização do campo e ao trabalho escravo, ainda existente – o que José de Souza Martins denominou como formas pré-capitalistas de produção capitalista .

De outro lado, seguindo a fama da obra daquele considerado um dos maiores escritores da língua portuguesa – João Guimarães Rosa – articula-se a organização de sistemas turísticos, formas pelas as quais, muitas daquelas cidadezinhas e povoados por onde passou o escritor entre 1947 e 1952, conseguem reter parte do capital que circula na produção da cultura enquanto artigo de consumo. Assim, há uma arquitetura de roteiros turísticos, organizada espaço-temporalmente ao longo do ano, fortalecendo o terceiro setor da economia brasileira, na proporção em que a cultura e as tradições populares perdem suas relações concretas com o mundo que as criou, existindo apenas enquanto representação, simulacro, daquilo que um dia existiu e foi largamente registrado nos escritos de Guimarães Rosa. Hoje, muitos de nós, além da busca pela preservação de alguns dos traços característicos dessa forma de sociabilidade, perseguimos, ainda que fugazmente, a experiência desse mundo em desencanto, quase extinto.

Se a realidade pode ser tomada como porção do visível, aquilo que é materialmente percebível, demonstrável,

modificável e passível de cartografar, segundo padrões científicos-cartesianos e, principalmente, aceito pelo conjunto da sociedade como verdadeiro, então precisaríamos, de um lado, compreender os processos através dos quais essa sociedade estabelece sua relação com o mundo, suas formas de representação dele (servindo-se das tecnologias visuais modernas de comunicação de massa, no nível mundial, como mediadoras dessa relação, na determinação do que é ou não real) ou o modo como cada um de seus integrantes devem entender a realidade. De outro lado, atento às referências utilizadas por Rosa em sua literatura e à maneira como a edificou, compreender o sentido atribuído por ele à realidade, ou o modo como se relaciona com ela, verificando seu grau de participação no senso comum da sociedade, já que é ela quem determina o que é ou não a realidade a cada momento histórico. Rosa, parte dessa porção limitada do real, para elaborar caminhos pelos quais se alcança outros níveis e formas de experimentação dele. Influenciado pela filosofia zen-budista e pelo esoterismo ocidental, em várias situações insinua que a realidade aparente é ilusória, fruto do ego humano, de seu medo do desconhecido e desejo de poder.

Dessa maneira, entende-se a realidade como um fragmento do real, cuja substância, significado e sentido, fora construído ao longo da história da travessia do homem pelo mundo, com características fortemente ideológicas, adaptadas a cada momento particular dessa história, em função de suas necessidades específicas, principalmente, em legitimar a dominação do conjunto da sociedade, pelo grupo que tem, ou deseja ter em suas mãos, o poder sobre os homens e sobre os mecanismos de (re)produção desse mesmo poder. A leitura que temos da realidade, portanto, sempre está limitada pelas fronteiras estabelecidas entre homem e conhecimento, de modo a legitimar a verdade que se quer. E sua superação, está condicionada a uma transformação essencial, onde o eu abstrato sede lugar ao nós concreto, onde o individualismo submerge diante da força do coletivo, do universal, cujo impulso propulsor reside no sangue do coração, através do qual, o homem depura-se espiritualmente, assumindo passiva e ativamente, seu lugar na evolução cósmica. Essa é uma proposição fundamentalmente divergente do que se experimenta, sobretudo, no modo de ser ocidental, onde toma-se o interesse individual como bem coletivo.

Em Guimarães Rosa: Alquimista do Coração, José Maria Martins evidencia alguns elementos da dimensão do que seria, para o escritor do sertão, a realidade e o real, e o modo com participa no conjunto da mentalidade de seu tempo. Servindo-se da arte, a principal promotora da evolução humana, antenada às energias cósmicas e capaz de perceber além da realidade socialmente dada como tal, o autor trilha via literatura, os caminhos a serem seguidos pela humanidade posteriormente. Em entrevista a Günter Lorenz, Guimarães Rosa dizia escrever para 700 anos. Essa expressão do autor, se considerada segundo a tradição esotérica do ocidente e algumas filosofias do oriente, nos revela algo interessante. Segundo elas, aquele momento da

história material humana – meados da década de 1960 – caracterizava-se pela passagem da Era de Peixes para a de Aquário.

Guimarães Rosa, ao afirmar-se diante de seu interlocutor alemão, também explicita o caráter esotérico de sua obra. Essa última, a Era de Aquário, nos seus primeiros 700 anos, será caracterizada pelo desenvolvimento de um dos aspectos da natureza humana, que José M. Martins chama de pós-racional, ou fase das manifestações psíquicas, em que, por exemplo, seremos capazes de experimentar a realidade em estados alterados de consciência, ou seja, dimensões além da materialidade a que estamos acostumados, forjada pelas ciências naturais desde a renascença européia.

Portanto, essa noção de realidade como dimensão do visível, que vem se configurando desde os gregos antigos, contemporâneos de Homero, e que tem a sua forma mais elaborada a partir da Revolução Científica, tem suas bases epistemológicas equilibradas, de um lado pela ciência, com as descobertas nos campos da física e da mecânica quântica, da microbiologia e da psiconeurologia e, de outro, pela religião, filosofia e pela arte, que desenvolveram algumas formas de conhecimento esotérico, sobre as mudanças astrológicas e suas influências na evolução da humanidade. Assiste-se desde então, à formação de um novo paradigma, já indicado na literatura de Guimarães Rosa.

Desse modo, estamos suplantando aquela forma de pensar a natureza que predominou desde os gregos helênicos até o início do século XX, cuja forma mais lúcida foi dada durante a renascença européia, com os trabalhos de Nicolau Copérnico, Joanes Kepler, Galileu Galilei, Leonardo da Vinci, Isaac Newton, René Descartes e Francis Bacon. Estes, suplantaram aquela tradição antiga e medievá, que se opunha à experiência como forma de conhecimento, e deram origem ao materialismo e a uma noção de natureza racional, destituída de sacralidade, passível de ser dominada. A grande contribuição para aquela concepção de realidade veio com a afirmação de que o universo estava em movimento, que seria transitório; com a distinção entre natural e não-natural – matéria mutável e espírito imutável – e, também, com o desenvolvimento dos estudos da ótica, iniciados ainda na Idade Média, que trouxeram o entendimento de que ela, a realidade, seria atributo do olhar. O homem, dividido em corpo, mente e espírito é, ao mesmo tempo, natural (corpo) e não-natural (mente e espírito).

Tudo o que não é da ordem do espírito passa a ser objeto da indagação científica, havendo uma relação identitária entre ciência e natureza dessacralizada. A parte do mundo que a ciência não alcança, ou que deixa à margem do processo desenvolvimentista que se intentava, será denominada de meta-física e aí caberá, segundo Galileu e Bacon, tudo o que não é redutível aos axiomas matemático-mecânicos, ou que não pode ser apreendido pelo olho humano.

O surgimento do mercantilismo e o estabelecimento das

trocas comerciais direcionarão o sentido da nova ciência de modo a viabilizar todo o processo expansionista. A noção de realidade reduzida à matéria e em constante movimento linear e, principalmente, a possibilidade de compreender os princípios desse movimento pela matemática e física, permitirá ao homem desenvolver seu desejo de controle sobre a natureza, de modo a garantir o bem-estar da sociedade. Para Ruy Moreira, a natureza, segundo essas ciências, será entendida como um "conjunto de corpos com extensão definida, animados pelo movimento mecânico e governados no nível macro e micro pelas leis da gravitação universal" de Newton. Essas leis, serão a fronteira rígida que demarcará a distinção entre o natural e o não-natural, ou seja, o que é ou não a realidade. Por outro lado, como atributo do olhar, a natureza servirá como modelo, principalmente no universo das artes, para o desenvolvimento das técnicas de representação – na pintura, a grande invenção foi a representação tridimensional da figura, com a noção de perspectiva, datada do fim do feudalismo europeu – conhecimento necessário àqueles que, tempos depois, sairiam em viagem ao "Novo Mundo" com a responsabilidade de representar a fauna, a flora – a natureza como um todo – para seus compatriotas.

João Guimarães Rosa busca suas referências conceituais na tradição científica e principalmente nas tradições de conhecimento preponderantemente meta-físicas, alargando os limites da realidade que se concebia desde então, acompanhando sensivelmente, as direções dadas à evolução humana pela natureza do universo. Desse modo, entendemos que Guimarães Rosa, atento à essência dinâmica desse processo de desenvolvimento das idéias acerca realidade na modernidade e, consciente desse modo de pensar por oposição que se instaurou no ocidente, constituirá uma posição sobre o real que não só retoma o que se entendeu, acerca dele, ao longo de toda a tradição oral e escrita, popular e erudita, (como aparece, para um exemplo, na literatura de Rabelais) e aquela atribuída às ordens iniciáticas e seus místicos e esotéricos, desde o Egito Antigo. Alfredo Bosi nos oferece um termo bastante fértil ao conjunto de preocupações que abarca a obra de Rosa. Diz que seu pensamento está imbuído de um Materialismo Anímico, aproximando Rosa, em certa medida, do modo de pensar a natureza desenvolvido durante a Idade Média.

A retomada desses conhecimentos, antes mantidos na obscuridade do processo social, constituirá um novo modelo paradigmático de realidade, colocando por terra as idéias elaboradas pelo paradigma que o precedeu. (Martins: 1994). Ao mesmo tempo, o processo de globalização que experimentamos hoje, também permitiu o encontro de saberes e práticas, antes isolados espaço-temporalmente, apontando para um possível encontro e socialização destes.

Guimarães Rosa, como um expoente dessa nova fase do processo evolutivo da humanidade – a fase psíquica – transita entre esses dois mundos: o da realidade cartesiana, científica, e aquele outro, o da sobre-coisa, só apreendido

por outros sentidos anti(pós)i-rationais, intuídos, mediúnicos e anímicos. Sua literatura é a manifestação real, luminosa e transcendente, dessa outra coisa paradoxal, e o sertão é o espaço onde coexiste essa dualidade, onde estabelece a sua materialidade. Daí a realidade sertaneja, que comparece enquanto cenário de sua obra, ser uma mescla desse contato entre mundos, a forma material desse paradoxo entre bem e mal, espírito e matéria, positivo e negativo.

Assim, a realidade tal qual experimentamos no nosso dia-a-dia é apenas um fragmento das possibilidades ainda inimagináveis a que podemos experimentar. O sertão roseano é a ponte que nos leva da realidade concreta para aquela além da razão cartesiana, situada entre as várias manifestações do real. Para Martins (1994:30),

cada cultura impõe ou programa padrões específicos de funcionamento mental. Sustentam e mantêm tais padrões, o processo de socialização, a linguagem, a ideologia, os valores religiosos e políticos. Assim, nosso estado de consciência não é "natural" ou "dado" mas, sim, uma construção semi-arbitrária (...). A maior parte de nossas vidas é passada na realidade consensual, isto é, naquele seguimento de realidade seletivamente percebido e construído a partir do muito mais amplo espectro da potencialidade humana. Vivemos limitados à pequena porção do real possível. Essa limitação, ainda que útil por facilitar a interação social, constitui-se num grande empecilho ao auto-conhecimento e à criatividade humana.

Daí, deduz-se também o empenho, já registrado na história da crítica literária sobre a obra de Rosa, daqueles que querem ressaltar os aspectos regionalistas em detrimento do universal, pois, de certa maneira, circunscrevem-se aos padrões da idéia de realidade elaborados dentro da mentalidade cartesiana, projetando-a como verdade universal. No entanto, provocar a humanidade na direção desses outros níveis de realidade é compromisso, principalmente daqueles que, por natureza, transitam entre esses mundos. Rosa, em Grande Sertão : Veredas diz:

Vivemos de modo incorrigível distraídos das coisas mais importantes (...) carecia, de repente, de acordar de alguma espécie de encanto. As pessoas e as coisas não são de verdade! E de que é que, amiúde, a gente adverte incertas saudades? (ROSA apud MARTINS:1994: 23)

Francis Utèza, em *Metafísica do Grande Sertão*, estabeleceu outras leituras acerca dessa relação entre ficção e realidade. Toda a sua argumentação, fundamentada em uma série de referências bibliográficas sobre a história do pensamento humano e da crítica literária do autor, e mesmo de outras que supostamente compunham a biblioteca particular de Rosa, tenta perseguir caminhos semelhantes aos que seguiu Martins (1994). Atento às referências

esotéricas e religiosas indicadas por Rosa, realizou uma leitura da realidade concreta e regional, expressa na obra de Rosa, enquanto um trampolim para adentrar outros níveis de realidade, de consciência ampliada. Utèza afirma, por exemplo, que

a fauna e a flora, abundantemente utilizadas, só fazem reforçar a densidade pitoresca. (...) Diante do aluvião de precisões – climáticas, vegetais, animais – é muito grande a tentação em aceitar de vez todos esses dados como elementos constitutivos de um romance naturalista. (...) E, no entanto, se cremos naquilo que Rosa dizia a Fernando Camacho, rejeitando energicamente a etiqueta de regionalista que seu interlocutor queria a todo preço apor em sua obra, o pitoresco seria apenas a aparência atrás da qual importava alcançar a transcendência. (UTÈZA, 1994, 82) (...) Essas escolhas de Rosa afastam a perspectiva regionalista: um escritor que estivesse preocupado em dar conta da história local não deixaria escapar oportunidades de falar da biografia dos Antunes, Guerreiro, Cardoso e outros como Félix Rodrigues da Silva. De fato, o conteúdo histórico de GSV não vai muito além da tela de fundo: algumas etiquetas tomadas da crônica da República Velha se apõem às silhuetas dos figurantes. Assim, o contato com sombras verídicas, os personagens que a ficção põe em cena, num quadro geográfico aparentemente realista, podem ganhar um pedaço de realidade – que raras leituras avisadas identificam – a menos que seja a verossimilhança dos seres fictícios que se projeta nos heróis históricos, ou as duas coisas ao mesmo tempo. Ou ainda, como para o quadro espacial, quem sabe a importância esteja alhures? (UTÈZA, 1994, 98)

Utèza, faz uma crítica contundente aos que desejam rotular Guimarães Rosa e o conjunto de sua literatura, como regionalista, e demonstra que sua obra, ou por detrás dela, há a busca da sobre-coisa, e que essa realidade observável, onde chegam os críticos regionalistas, é apenas a porta de entrada para um outro mundo, misterioso, que nos rodeia, e que não se explica segundo o paradigma cartesiano. Ao dizer isso, o crítico segue as indicações deixadas por Rosa nas cartas endereçadas a Bizzarri.

No entanto, mesmo tendo Guimarães Rosa indicado o modo como gostaria que sua obra fosse lida, dá a entender que suas pretensões são ineficientes em se tratando de arte – o substrato de tudo o que escreveu. Desse modo, a hierarquia apresentada pelo escritor, poderia dizer justamente o contrário: muitos dos aspectos relevantes ao entendimento da obra poderiam se localizar não necessariamente na história natural e social do cerrado mineiro, mas nas questões humanas ali vividas, da qual esse momento histórico foi reflexo. Seu foco seria a experiência humana, numa busca incansável de expressão literária, tomando-se o sertanejo como protagonista desse momento da história mundial. Mesmo porque, como afirmou a Curt Meyer-

Clason – na condição de alquimista do verbo – precisava iluminar o simplório e sombrear o fundamental de sua obra. Desse modo, quando atribuiu menor valor à realidade sertaneja não estaria o autor exercitando essa preocupação e ao mesmo tempo provocando seus tradutores e leitores? Ou melhor, tornando imprecisas suas opções, não estaria ele se escondendo por detrás dessa imprecisão, jogando para o leitor a co-responsabilidade sobre a obra e sobre a leitura acerca das posições da ciência no que concerne ao entendimento do que seria a realidade, logo da sobre-coisa? Ou ainda, não estaria ele demonstrando que o sertão é esse espaço da ambigüidade, do indefinido, onde o ser e o não ser coexistem simultaneamente, e o conflito entre esses dois estados da matéria, é a expressão harmônica da natureza do universo, a despeito do pensamento cartesiano e cristão, apontado várias possibilidades de transformação da matéria que nos constitui?

Daí, há duas experiências onde vemos Guimarães Rosa dialogar com essa questão sobre o real em sua obra, deixaremos a questão posta por Utèza para o final. A primeira delas, refere-se ao exercício de tradução de *Corpo de Baile e Grande Sertão : Veredas* para a língua italiana, quando autor e tradutor-autor, se deparam com essa questão do real. Como traduzir para aquela língua, as imagens dessa paisagem geográfica, denominada cerrado, ambiente de suas narrativas? Ou melhor, como construir condições para que um italiano comum, leitor de suas novelas, pudesse, sem prejuízo algum, em função da diferença geográfica, histórica e cultural, mergulhar não só na realidade aparente das estórias, mas, através dela, sentir e perceber a sobre-coisa? Como descrever e caracterizar o cerrado brasileiro para uma cultura que nunca o conheceu, cujas formas não existem, na sua realidade concreta, nem mesmo em seu imaginário coletivo e lingüístico? Desse modo, João Guimarães Rosa, deixando o tradutor livre em sua interpretação, cria, via discurso científico, condições, não só para que o tradutor compreenda aquela forma vegetacional, mas o seu sentido meta-físico na obra. Dessa forma, o tradutor-autor pôde encontrar referenciais em sua língua e, consequentemente, no imaginário coletivo dos italianos, as condições necessárias para que o essencial da obra permanecesse intocado. A carta escrita por Rosa a seu tradutor, em 11 outubro de 1963, é um exemplo do diálogo entre a realidade concreta e a sobre-coisa que sempre pretendeu em suas estórias, bem como um registro poético e etnográfico da realidade sertaneja. Deixemos que a carta fale por si mesma.

Você sabe, desde grande parte de Minas Gerais (Oeste e sobretudo Noroeste), aparecem os "campos gerais", ou "gerais" – paisagem geográfica que se estende, pelo Oeste da Bahia, e Goiás (onde a palavra vira feminina: as gerais), até ao Piauí e ao Maranhão.

O que caracteriza esses GERAIS são as chapadas (planaltos, amplas elevações de terreno, chatas, às vezes serras mais ou menos tabulares) e os chapadões (grandes, imensas chapadas, às vezes séries de

chapadas). São de terra péssima, vários tipos sobrepostos de arenitos, infértil. (Brasília é uma típica chapada...) E tão poroso, que, quando bate chuva, não se forma lama nem se vêem enxurradas, a água se infiltra, rápida sem deixar vestígios, nem se vê, logo depois, que choveu. A vegetação é a do cerrado: arvorezinhas tortas, baixas, enfesadas (só persistem por que têm longuíssimas raízes verticais, pivotantes, que mergulham a incríveis profundidades). E o capim, ali, é áspero, de péssima qualidade, que, no reverdecer, no tempo-das-águas, cresce incrustado de areia, de partículas de sílica, como se fosse vidro moído: e adoce, por isso, perigosamente, o gado que o come. Árvores, arbustos e má relava, são, nas chapadas, de um verde comum, feio, monótono.

Mas, por entre as chapadas, separando-as (ou, às vezes, mesmo no alto, em depressões no meio das chapadas) há as veredas. São vales de chão argiloso ou turfo-argiloso, onde aflora a água absorvida. Nas veredas, há sempre o buriti. De longe, agente avista os buritis, e já sabe: lá se encontra água. A vereda é um oásis. Em relação às chapadas, elas são, as veredas, de belo verde-claro, aprazível, macio. O capim é verdinho-claro bom. As veredas são férteis, cheias de animais, de pássaros.

As encostas que descem das chapadas para as veredas são em geral muito úmidas, pedregosas (de pedrinhas pequenas no molhado chão claro), porejando agüinhas: chamam-se resfriados. O resfriado tem uma só grama rasteira, é nítida a mudança do aspecto da chapada para o resfriado e do resfriado para a vereda. Em geral, as estradas, na região, preferem ou precisam de ir, por motivos óbvios, contornando as chapadas, pelos resfriados, de vereda em vereda. (Aí, talvez, a etimologia da designação: vereda.)

Há veredas grandes e pequenas, compridas e largas. Veredas com uma lagoa; com um brejo ou pântano; com pântanos de onde se formam e vão escoando e crescendo as nascentes dos rios; com brejo grande, sujo, emaranhado de matagal (marimbú); com córrego, ribeirão ou riacho. (Por isso, também, em certas partes da região, passaram a chamar também de veredas os ribeirões, riachos e córregos – para aumentar nossa confusão. No começo do Grande Sertão: Veredas, Riobaldo explica.)

Em geral, os moradores dos "gerais" ocupam as veredas, onde podem plantar roça e criar bois. São os veredeiros. Outros, moram mesmo no alto das chapadas, perto das veredinhas ou veredas altas, que, como disse, também há, nas chapadas: estes são os "geralistas" propriamente ditos (com relação aos veredeiros, isto é, em oposição aos veredeiros). Mas o nome de geralista abrange, igualmente, a todos: os veredeiros e os geralistas propriamente ditos. Quem mora nos gerais, seja em vereda ou em chapada, é

geralista. Eu, por exemplo. Você, agora, também.

Nas veredas há às vezes grandes matas, comuns. Mas, o centro, o íntimo vivinho e colorido da vereda, é sempre ornado de buritis, buritiranas, sassafás e pindaibas, à beira da água. As veredas são sempre belas!

A segunda experiência em que percebemos esse diálogo sobre a realidade é justamente a questão cenográfica das narrativas do escritor, ou seja, a realidade sertaneja, o modo como a construiu. Para Rosa, a paisagem do sertão parece ser apenas substrato de um conjunto de narrativas num determinado momento da história, ou, ao contrário, é a porta de acesso a outros níveis de realidade, como afirma a Fernando Camacho? Essa outra realidade, aqui, é entendida, como parte da história da formação social de Minas Gerais e do espraiamento do capitalismo por essas terras; história hoje recalçada, soterrada, relegada aos porões de nosso inconsciente coletivo, e que determina um dos aspectos de nossa mineiridade.

Essa realidade sertaneja a que se refere o autor, dimensão espaço-temporal por onde tece suas narrativas, nos permitirá uma compreensão dessa relação entre realidade e transcendência. Qual a relevância que tem os aspectos regionais do sertão mineiro, dentro daquilo que pretendeu Rosa em sua obra? Uma leitura possível, para responder tal questão, além daquela feita por Utêza e Martins, pode ser estabelecida a partir de um exercício comparativo entre Grande Sertão: Veredas e os estudos feitos por Anastasia em seu livro sobre a história dos motins e levantes em Minas Gerais, durante o período de maior extração de ouro, início e meados do século XVIII.

Qual seria, então, a fisionomia geográfica dessa realidade sertaneja, moldura dentro da qual acontecem as narrativas de Corpo de Baile e Grande Sertão: Veredas? Se verificarmos os nomes das cidades e lugarejos, rios e córregos citados em cada uma dessas obras, observando suas correspondências com a realidade, quando possível, poderemos compor um mapa esboçando os limites territoriais das narrativas, ou seja, teríamos uma cartografia da realidade sertaneja. O que se percebe é que todas as referências espaciais citadas pelo autor estão dentro da bacia do rio São Francisco, seja na sua porção mineira ou baiana. É onde, em Minas, começa os Geraes.

Essa região dos Geraes em Minas, como afirma Anastasia (1998:61), até os anos 30 do século XVIII, esteve sob a jurisdição da Comarca do Rio das Velhas, com centralidade administrativa em Sabará, consideravelmente distante dali. Do ponto de vista religioso, estava submetida ao bispado de Olinda e da Bahia e, do econômico, estava ligada à atividade pecuarista que transitava entre nordeste e sul do país, atravessando a região do São Francisco, seja por rota terrestre ou fluvial. A atividade econômica do sertão, diferentemente das áreas mineradoras, não estava diretamente vinculada à economia de exportação para subsídio

metropolitano, o que permitiu o desenvolvimento de uma economia e sociedade bem diferentes daquela experimentada nas regiões auríferas. No entanto, estava intimamente ligada à economia do ouro, pois, internamente, subsidiava a existência humana nas vilas que surgiam no entorno das minas. Mais tarde, o sertão sãofranciscano abastece as regiões auríferas também com gêneros agrícolas e derivados, principalmente no momento em que o estado de São Paulo, já não apresentava condições de abastecer seu mercado interno e o de Minas Gerais; que crescia vertiginosamente.

Pela condição geográfica de fronteira e pelo tipo de atividade econômica desenvolvida na região do São Francisco, foi possível um tipo de ocupação bastante distinto e pouco suscetível ao controle metropolitano, pois estava muito mais vinculada ao bispado, do que à coroa portuguesa. Além disso, essa região se tornou rota para as várias regiões do país, principalmente o contato com Goiás, onde também se desenvolveu, mais tarde, a atividade de extração do ouro; o que demandou do noroeste de Minas os gêneros necessários ao abastecimento dos garimpeiros na região. Rapidamente a região do São Francisco se tornou um pólo econômico no estado sem a “proteção” da coroa e sem a cobrança de impostos pela mesma.

A cobrança de impostos, por parte da metrópole, taxando a produção e circulação agrícola, o comércio de escravos e de gado, fez-se necessária, uma vez que o lucro obtido pelos fazendeiros da região tornou-se alto, gerando um tipo de poder paralelo. Daí as insatisfações desses fazendeiros em relação aos novos pactos. E, além disso, ao taxar-se o pequeno produtor e comerciante na mesma proporção do grande fazendeiro, que passou a despender vultosas quantias de riqueza, via impostos, houve um aumento dos conflitos. Nesse contexto, as insatisfações tornaram-se grandes, ocorrendo vários motins e levantes contra a coroa portuguesa e seus representantes aqui nas Minas Gerais. Dessa singularidade, um território submetido a vários tipos de controle, decorria uma dificuldade em delimitá-lo e conseqüentemente de construção de uma unidade legal, reconhecida por todos: colonos, coroa portuguesa e seus representantes. A autora, citando Joaquim R. Costa na nota de rodapé da página 62, aponta para essa fragmentação, ou melhor, apresenta alguns registros que mostram a gênese do processo de configuração do estado de Minas Gerais. Ele diz que a delimitação do Sertão do São Francisco

verificava-se na medida em que se estendia, na prática, a ação das autoridades até onde não se entrasse em conflito com a autoridade vizinha. É o que teria ocorrido na fixação dos limites entre Vila do Carmo e Vila Rica, e entre estas e a Vila Real de Sabará. Esta última, limitando-se ao sul com aquelas duas, não teria naturalmente outros limites a observar pelo simples fato de que outras vilas não haviam sido criadas.(...) Foi, ao que parece, o que ficou positivado com a criação das três primeiras comarcas, uma das quais, com sede na Vila Real, teve ajustada a sua

divisa com a de Vila Rica, tocando a esta a parte do sul e àquela a do norte. Dessa forma, a jurisdição da Vila de Sabará foi muitíssimo maior que as das outras reunidas. (ANASTASIA:1998:62)

Nesse fragmento, percebemos que o processo de ocupação e delimitação legal das terras em Minas Gerais teve maior preocupação com as áreas em que o ouro já havia sido encontrado. Naquelas regiões mais ao norte e oeste, embora sob a controladoria de Sabará, não houve uma preocupação imediata em estabelecer e controlar os territórios, seja pela inexistência do metal, ou mesmo pela grande extensão territorial. Não parece mera coincidência que, justamente essa região – cuja fixação dos limites e fronteiras territoriais entre um pasto e outro inexistia, terras sem dono e sem lei, que vai ao norte de Sabará, ocupando todo o vale do São Francisco – corresponda à realidade sertaneja a que se refere Guimarães Rosa em sua obra. Senão, vejamos um trecho do início de Grande Sertão: Veredas:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja; que situado sertão é por os campos-gerais afora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Uruçuia. Toleima. Para os do Corinto e do Curve-lo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga; é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus arredado do arrocho de autoridade.(...) Os gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda parte. (ROSA,1998,1)

Essa semelhança entre as referências de Anastasia e Guimarães Rosa evidencia o grande conhecimento que tinha o autor sobre a história da formação social mineira. Sua escolha por aquela região, enquanto cenário de sua obra, permitiu-nos uma janela para o momento em que arcaico e moderno se embatem, na configuração do mundo que surgia. Ao mesmo tempo em que sinaliza a existências de concepções distintas de sociedade, origem dos conflitos. Anastasia, referindo-se ao processo econômico que determinou o modo de ocupação e definição do território no estado de Minas Gerais, nos mostra que

nas áreas excluídas do circuito direto do capital mercantil e naquelas que, embora, dedicadas à extração do ouro, se caracterizavam como de fronteira, ou tiveram um povoamento muito peculiar, ficando à margem do controle do poder público, o grau de violência foi extremamente alto. Nelas, foi facultado aos proprietários o exercício pleno da dominação ao nível interno, ao que se somou a ausência de mecanismos eficazes de subordinação externa. Essa situação engendrou a consolidação de pólos de poder privado que passaram a colocar em cheque as regras do jogo determinadas para arbitrar

as relações entre colônia e metrópole em momentos de colapso de formas acomodativas. Nas áreas mineradoras, nas quais o controle político administrativo se cumpriu de forma mais efetiva, o rompimento da acomodação foi, em geral, resultado do constrangimento pela Coroa de interesses dos poderosos e/ou dos conflitos intra-autoridades. (ANASTASIA, 1998, 14)

Assim, ao refletir sobre a colonização e ocupação territorial de Minas Gerais na região do São Francisco e nas áreas de mineração, a autora distingue duas realidades: uma, circunscrita à região mais a oeste do estado de Minas Gerais em que o poder metropolitano não teve muitas condições, a princípio, de controle sobre a riqueza produzida (seja pela questão geográfica, econômica e mesmo política), tendo dificuldades em submeter esses territórios dentro da lógica mercantil e, muitas vezes tendo que enfrentar belicamente os levantes provocados pelos coronéis e seus jagunços. E outra, em que este poder se fez mais eficaz, em áreas onde predominava a extração mineral como forma e condição de sociabilidade. Nesse último caso, o que se percebe é que nas regiões auríferas, a maioria dos levantes não se opunha ao controle da produção e do comércio do ouro por parte da metrópole portuguesa. Na maioria das vezes, se opunham apenas aos valores dos impostos cobrados sobre a produção e circulação das mercadorias. Ou seja, aceitavam a condição de vassalagem, como afirma Anastasia, imposta pela coroa. O que não se deu nas regiões circunscritas à bacia do São Francisco, pelo menos no seu processo inicial de formação.

Essa dificuldade de controle sobre o processo de ocupação e povoamento do Vale do São Francisco, e de sua economia, permitiu o surgimento de grupos mais autônomos, em relação às regiões controladas pela presença do ouro. Ali, no vale do São Francisco, viu-se, então, surgir uma forma de sociabilidade cujo controle estará nas mãos dos grandes fazendeiros e coronéis (as personagens retratadas na obra de Guimarães Rosa), que vão constituir a jagunçagem que, não reconhecendo a autoridade colonial, vão resistir ao domínio português, ou melhor, à modernização que se espraiava com a chegada dos portugueses.

Essa existência, é identificada, muitas vezes, pela historiografia do Brasil colonial, como expressão do arcaico. Guimarães Rosa, retratando a jagunçagem, relativiza a história oficial, ou o modo como ela determina o arcaico e moderno. Suas proposições não referendam necessariamente a leitura eurocêntrica do mundo, onde o outro (o colonizado) constitui-se como espelho que reflete sua imagem. Parece-nos que é justamente essa região do São Francisco – que vai de Curvelo até as fronteiras, ao norte, com a Bahia e, a oeste, com o estado de Goiás e sua história singular de insurreição à coroa portuguesa – que fornecem os elementos com os quais o escritor representa, em sua obra, esse momento de conflito entre moderno e arcaico na história da formação social brasileira, e evidencia algo de autêntico, ávido pela liberdade e pela autodeterminação.

A literatura de Rosa, constitui-se, nesse sentido, como uma espécie de arqueologia da sociedade brasileira, impossível de ser entendida, fora dos processos históricos que engendraram a história do ocidente desde a antiguidade clássica. Em Adorno, percebemos que a burguesia, e portanto, o modo de ser capitalista, tem suas raízes genéticas fincadas naquele momento da Grécia Helênica. A história da modernidade é aquela que levou a cabo o ideal grego de sociabilidade. No que se refere à formação do Brasil, esse aspecto determina o modo como muitos de nós entendemos e representamos a nós mesmos, ou seja, a natureza de nossa qualidade enquanto sujeito. A realidade incorpora, portanto, expressões fundamentalmente ideológicas. Sua construção e legitimidade social, muda o foco e determina o modo de observar e compreendê-la. Ela é determinada pelo movimento abstrato que engendrou a modernidade, na medida em que o homem passou da condição de sujeito para sujeito subjugado pela tecnologia. A tecnologia nasce desse rompimento entre mundo concreto e abstrato e é o sentido abstrato atribuído a ela, que cria essa condição de sujeito no homem hodierno. Ao fazer isso, porém, apresenta-se imaginariamente camuflando essa condição de sua existência, descolada do objeto sensível, num intricado jogo de escamoteamento do sentido essencial que erigiu a sociedade contemporânea. Assim, o abstrato torna-se concreto e o concreto desaparece da constituição de nossas experiências no mundo. O grau de simulação da realidade a que estamos submetidos provoca o que o filósofo alemão chamou de “regressão dos sentidos”. A realidade, ilusória, no pensamento hindu e esotérico, torna-se – no ocidente – ilusoriamente concreta pelas tecnologias visuais, num claro processo de construção e legitimidade mítica da sociedade hodierna, porque busca explicações para sua existência fora do jogo de relações sociais que a engendrou. O que justifica sua existência está aquém, além, alhures do jogo social, porém o determina profundamente.

A literatura roseana, acerca desse feixe de questões, elabora-se sobre um mundo, em que a experiência ainda não alcançou o grau de abstração a que estamos acostumados. Isso, talvez seja um elemento que contribua para explicar o grau de fascínio que sua obra exerce sobre muitos de nós. E foi mergulhando nesse sertão concreto que o escritor encontrou o caminho da transcendência, alcançando outros níveis de realidade. Enquanto vivia-se um mundo marcado pela determinação da matéria, a verdade vai ser buscada, pelo autor, na negativa e relativização dessa perspectiva histórica. Hoje, conscientes ou por intuição, essa busca pelo mundo sertanejo quase inexistente na realidade – imortalizado em Grande Sertão: Veredas e no conjunto da obra roseana – expressa contraditoriamente a consciência e a negativa (inconfessas) da perspectiva histórica que estamos elaborando desde a aurora da filosofia ocidental, e também a incorporação do sertão enquanto artigo de consumo. O momento histórico do qual se serviu Rosa na sua criação, ainda mantinha intactas formas sociais não capitalistas. Passados mais de um século, do espraiamento da indústria e da urbanização no Brasil, cabe-nos – seja no diálogo com Guimarães Rosa, seja com outros

autores, artistas e etc. – muito mais que reinventar os caminhos de Rosa, é preciso ater-nos às possibilidades históricas a que estamos expostos e que, o escritor, não esteve, por motivos óbvios. Há uma necessária articulação de intervenções na realidade contemporânea. As gírias, os estrangeirismos, as trans-formações da língua portuguesa determinadas pelo fenômeno industrial e urbano nos últimos 50 anos, para um exemplo, apontam para a necessidade de um trabalho de pesquisa empírica, literária e sociológica.

Num outro sentido, os processos que puseram fim formal à colonização no país, à escravidão e ao império, aqueles que viram surgir as forças e pólos de poder dos coronéis, dos jagunços, dos negros, índios e bandeirantes, refugiados no vale do São Francisco vão, paulatinamente, incorporando-os dentro das regras do jogo colonial com a extinção da jagunçagem e estabelecimento das relações modernas de contrato social, como pretendia Zé Bebêlo. Assim, vão os pastos ganhando seus feixos, seus limites, e impõe-se o pacto social como forma legal de reconhecimento e determinação das relações sociais, e consequentemente, como já nos alertara Martins (1994), a definição do que seria a realidade.

Ao narrar pela ficção, aspectos da história da formação social de Minas Gerais, Rosa aponta um dos aspectos de nossa mineiridade, muitas vezes, explicitado socialmente na forma de orgulho a ser difundido e repassado entre as gerações. Ao dimensionar essa característica do ser mineiro, aponta para uma necessária re-interpretação da história colonial brasileira, de modo explicitá-la, compreendê-la e, principalmente, superá-la. Neste caso, o que tomamos enquanto realidade, sugere a negação histórica da nossa real formação histórica, um engodo. Parece-nos que, atento à historiografia mineira, conhecedor de uma vasta literatura sertaneja, do *modus vivendi* dos homens do sertão e de muitas de suas histórias, Rosa confere a *Corpo de Baile e Grande Sertão: Veredas*, esse contexto geográfico,

não circunscrito somente aos elementos da paisagem, mas também à própria história sobre a qual se erigiu Minas Gerais. O livro de Utêza é a busca dessas evidências. Assim, Rosa constrói o contexto das narrativas da obra pautando-se na sua experiência empírica e na dos sertanejos que descreveram para ele, muitas vezes em viagem, esse sertão de Minas. A leitura de sua obra é um convite ao leitor para conhecer um pouco mais os meandros da história colonial brasileira representados na sua ficção e, em particular, um mergulho no interior de Minas Gerais e nas vicissitudes de uma sociedade em pleno processo de transformação social, diante do advento da tecnologia, da indústria e da urbanização.

João Guimarães Rosa, considerando tanto os fundamentos históricos que trouxeram à luz as veredas pelas quais percorremos os últimos 300 anos na formação social de Minas Gerais – encontro marcado entre europeus, africanos e índios no momento da descoberta do ouro, da ‘civilização’ trazida pela colônia portuguesa, às portas do progresso tecno-científico – realiza uma catalogação científica, antropológica, lingüística e mítica das experiências de uma sociedade em desaparecimento e, associando poesia, religião, conhecimento científico e popular, na construção de sua obra, dá à realidade concreta sua dimensão exata: condição para que, através dela, cheguemos ao centro do labirinto proposto por ele. Nessa luta entre bem e mal, entre arcaico e moderno, entre razão e instinto, ciência e intuição, cuja base é estabelecida pelo sertão mi(s)tico, delinea-se a força latente que habita o coração humano, que grita por liberdade, por autodeterminação. Se há alguma postura política que deva ser exposta em bandeiras, estampada em camisas, é aquela que é pintada com o sangue do coração de tantos Pedros, Orósios de nascimento, que de estrela em estrela, saltitam até chegar aos Geraes. À sua maneira, o autor transcendeu a morte, apontando um caminho alhures, guiado pelo canto de urubus e gaviões, de vereda em vereda, até adentrar a morada do sol.

NOTAS

I- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. “(...) o aparentemente novo da fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, bases da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meios de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante de acumulação capitalista, racional e moderna.” (p.15).

II- MARTINS, José M. *Guimarães Rosa: Alquimista do*

Coração. Petrópolis, RJ: 1994.

III- LORENZ, Günter W. *Literatura e Vida: um diálogo com João Guimarães Rosa*. Gênova, janeiro de 1965. In: *Diálogos com a América Latina – Panorama de uma Literatura do Futuro*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária (EPU), 1973.

IV- MOREIRA, Ruy. *O Círculo e a Espiral: a crise paradigmática do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993.

V- Para MARTINS (1994:53) e para ROSA, “a realidade ordinária é (...) uma fortificação contra o paradoxo”. Enquanto

a "realidade viva é mais complexa (...), o latejante mundo, mantém-se fora do alcance do pensamento dualista. Nas fronteiras do conhecimento, o paradoxo escorrega de volta para dentro das muralhas todos os que temem sua face dupla" (ROSA, apud MARTINS, 1994)

VI-BOSI, Alfredo. *A Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VII-UTÉZA, Francis. *Metafísica do Grande Sertão*. São Paulo: Edusp, 1994. O autor refere-se à conversa entre Guimarães Rosa e Fernando Camacho, publicada em 1978 na revista *Humboldt*, nº 37. Nela, diz Rosa: "quanto mais realista sou, você desconfie. Ai é que está o degrau para a ascensão, o trampolim para o salto" (ROSA, apud Utéza: 1994, 82).

VIII-ROSA, J. Guimarães. *Correspondências com seu tradutor Italiano Edoardo Bizzari*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG / Nova Fronteira, 2003.

IX-ANASTASIA, Carla M. Junho. *Vassallos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

X- É a seqüência de serras, da qual faz parte a Serra do Curral, em Belo Horizonte, extremo norte do Quadrilátero Ferrífero, que serviu de divisor territorial entre as três comarcas, ou melhor, entre a de Sabará e as outras duas, ao sul da seqüência de serras.

XI-ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão : Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

XII-ADORNO, Theodor, & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

Referências Bibliográficas

ENGELS. F. *A Dialética da Natureza*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do*

socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: 1999.

MACHADO, Gláucia V. e PEREIRA, Ondina Pena. *O real e o sertão: experimentalismo poético e pensamento trágico em Guimarães Rosa*. In: DUARTE, Lélia. P (org.). *Outras Margens: estudos da obra de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Autêntica / PUC Minas, 2001.

PASSOS. Cleusa R. Pinheiro. *O Contar Desmanchado... artifícios de Rosa*. In: DUARTE, Lélia. P (org.). *Outras Margens: estudos da obra de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Autêntica / PUC Minas, 2001.

PRATT, Mary Louise. *Olhos do Império: relatos de viagens e transculturação*. São Paulo: Edusc, 1999.

RONCARI, Luis. *O Engasgo de Rosa e a Confirmação Milagrosa*. In: DUARTE, Lélia. P (org.). *Outras Margens: estudos da obra de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Autêntica / PUC Minas, 2001.

ROSA, João Guimarães. *Corpo de Baile*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

ROSENFELD, K. *Fingir a Verdade*. In: DUARTE, Lélia. P (org.). *Outras Margens: estudos da obra de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Autêntica / PUC Minas, 2001.

SANTIAGO, Silviano. *Transtornado Incerto*. In *Suplemento Literário de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura de Minas Gerais. nº19, novembro de 1996.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Travessia: A Narrativa da República em Grande Sertão : Veredas*. In: BIGNOTTO, N. (org). *Pensar a República*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

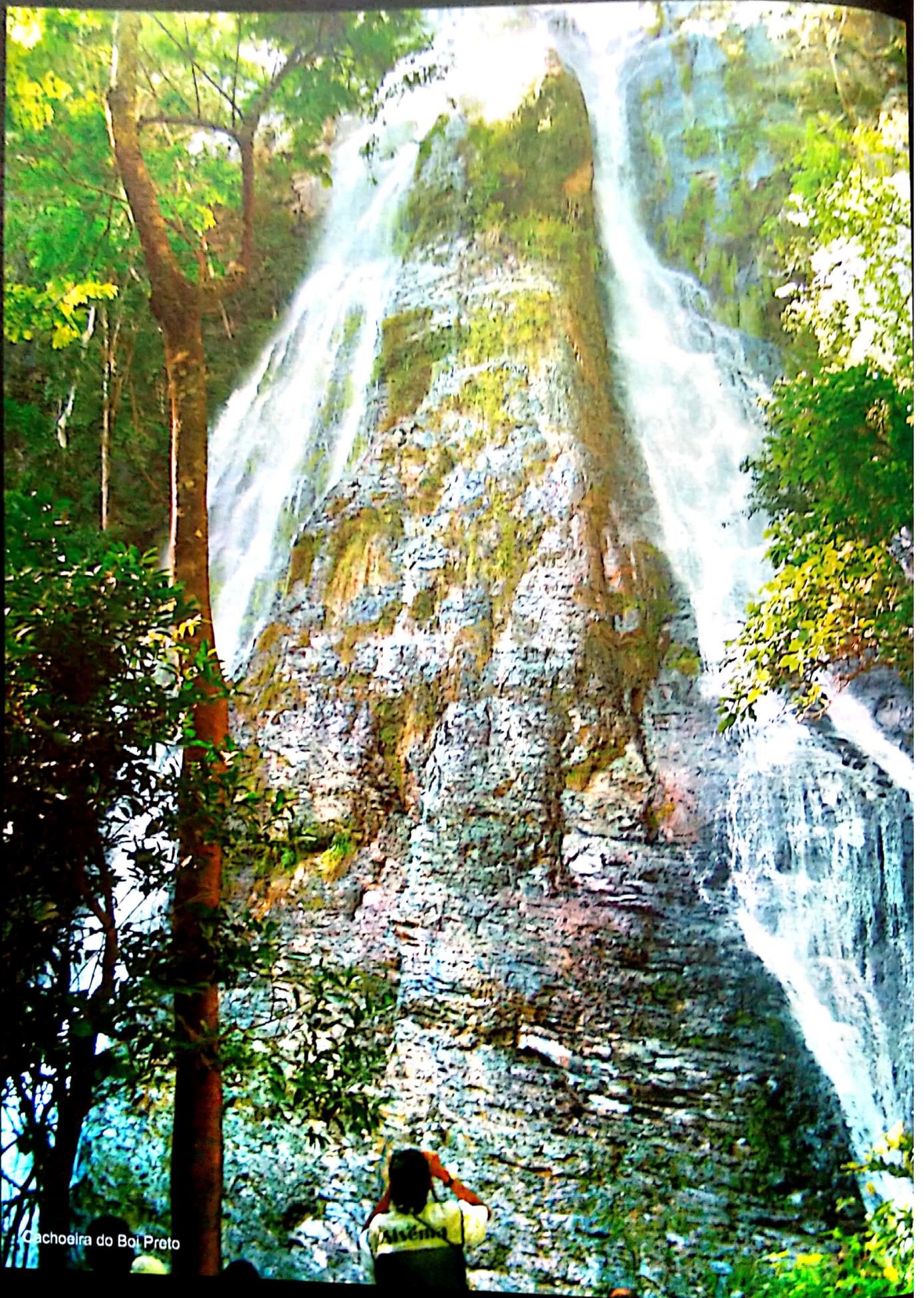
STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Outras Conversas sobre os Jeitos do Brasil*. In: *Suplemento Literário de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura de Minas Gerais. nº19, novembro de 1996.

VVAA. *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.



Igreja de Brasília de Minas





Cachoeira do Boi Preto